

Violência Policial, Indústria Cultural e Jornalismo Policial: implicações na subjetividade dos indivíduos

Rafael Randolfo Battalini(PIBIC-AF-IS/CNPq/FA/UEM), Angela Maria Pires Caniato (Orientadora), e-mail:angelacaniato@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/ Maringá-PR.

Psicologia - Psicologia Social

PALAVRAS-CHAVE: Aparato repressor do Estado, indústria cultural, paranoia

RESUMO:

A violência policial tem sido tema frequente nas discussões acadêmicas e jornalísticas da contemporaneidade brasileira, devido ao grande número de envolvimento policial em crimes que podem ser caracterizados como violações de Direitos Humanos. Entendemos que os aparatos militares que hoje existem no Brasil são fruto de uma construção histórica e política. Uma característica em comum nesses períodos históricos é que as práticas militares no Brasil desde sua institucionalização estão aliadas às forças políticas dominantes e que através da violência, perseguição, tortura e assassinato vão ser convocadas para combater os inimigos do Estado. As ideologias por trás dessas práticas de violência por parte do Estado, tem um poderoso aliado, a Indústria Cultural que através da mídia, constrói “cidadãos” que seriam inimigos e/ou heróis do Estado. Na presente pesquisa o objetivo foi levantar a historicidade da instituição policial, apontando o seu caráter de aparato repressor do estado; desmistificando assim, o caráter de segurança pública como um direito comum à todos. Buscou-se também articular a Indústria Cultural com os elementos do Jornalismo Policial, para identificar os mecanismos que ambos utilizam a favor da dominação pela violência e pela ideologia. Utilizamos a metodologia de pesquisa bibliográfica.

INTRODUÇÃO

Entendemos que os aparatos militares que hoje existem no Brasil são fruto de uma construção histórico/político que se diferencia em cada momento. Mas uma característica em comum nesses períodos é que às práticas militares no Brasil estão sempre aliadas às forças políticas dominantes e que de maneira geral vão utilizar da violência, perseguição, tortura e assassinato, como recursos de intervenção para combater os supostos inimigos do Estado.(COIMBRA, 2002). As ideologias por trás dessas práticas violentas por parte do Estado, tem um poderoso aliado -a Indústria Cultural-, que através da mídia, constrói

inimigos e heróis do Estado, cujo simbólico se sustentam em mecanismos projetivos de características paranoides. (ROMAO, 2013).

Objetivamos na presente pesquisa, levantar a historicidade da instituição policial, apontando o seu caráter de aparato repressor do Estado; desmistificando assim, o caráter de segurança pública como protetora de todos os indivíduos. Nos interessa aqui, mostrar que o aparato repressor do Estado, comete cotidianamente diversas violações dos direitos humanos e atrocidades contra uma população, em específico, e que essa violência está mascarada por um conceito de (in)segurança pública. E também articular a Indústria Cultural com os elementos do Jornalismo Policial, para saber se ocorre um exagero sensacionalista no discurso dos veículos da mídia - em específico o Jornalismo Policial - em relação a (in)segurança urbana.

MATERIAIS E MÉTODOS

Utilizamos a metodologia de pesquisa bibliográfica para construir a nosso trabalho. Os procedimentos realizados na pesquisa, foi, levantamento de bibliografias, leitura, compilação, organização dos materiais, fichamento dos textos selecionados, organização lógica e temporal dos assuntos e por fim a redação do texto final. Parte dos materiais que usamos para fundamentar nossos *resultados e discussões* à respeito da compreensão da constituição histórica das instituições militares foram publicações de artigos em revistas e eventos científicos, a respeito de, Ciências Sociais, Políticas Públicas, Direitos Humanos Descrevemos aspectos da Indústria Cultural usando a bibliografia original de Adorno e Horkheimer e outros autores contemporâneos que trabalham com a Teoria Crítica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apontamentos sobre a polícia como aparato repressor do estado no Brasil

Para Holloway (1997), o marco inicial das atividades policiais no Brasil é por volta de 1808 com a vinda da família real, que possibilitou a reprodução das instituições burocráticas portuguesas em solo brasileiro. (SOUZA; MORAIS, 2011). No período imperial, até mesmo antes da independência do Brasil, criam-se as duas principais organizações policiais que existem até hoje: a Polícia Militar e a Polícia Civil, porém, muito diferente daquelas que conhecemos na atualidade. O processo de criação dessas forças policiais foi intencionado por interesses e conflitos políticos entre o poder central e as lideranças locais. Sobre a constituição dessas forças policiais e sua institucionalização, Souza e Morais (2011), nos dizem que “A Intendência-Geral de Polícia da Corte foi a instituição que deu origem às Polícias Cíveis ou Polícia Judiciária hoje existente no Brasil, com previsão constitucional (art. 144, § 4º). Outra instituição criada no século XIX foi a Guarda Real de Polícia, que posteriormente deu origem às Polícias Militares do Brasil” (p.4).

As forças policiais em tentativas de se desvincular da regência, criar autonomia política e estabelecer-se como instituição, vão ocupar cargos de governantes e administradores da justiça como escrivães, delegados, chefe de investigação, entre outros. Com a decadência do Império no Brasil e a proclamação da República, no ano de 1889, novos postos administrativos surgiram para que novos militares assumissem. Em 1930, ocorre um golpe de estado que daria fim a primeira república. Getúlio Vargas assume a presidência como governo provisório, mas com uma série de estratégias políticas, mantém-se no poder por 15

anos. Vamos perceber a constituição de uma força militar autoritária e política no período de governo de Getúlio Vargas. Ao longo de seu mandato, o Brasil vai se tornando um estado nacionalista autoritário. (SOUZA e MORAIS, 2011). Após um golpe de Estado aplicado pelas forças militares do Brasil, a partir de 1964 a população brasileira sofrerá com a instauração da ditadura militar que marcará a história do país. Desses 21 anos de ditadura militar, pelo menos 14 anos foram marcados por regime totalitário e autoritário com o uso de técnicas de controle social através dos aparatos repressores, ideológicos e políticos, minuciosamente planejados. (JUNIOR, 2008). Os militares passam a instituir Atos Institucionais que, após o golpe, iriam servir como as bases principais para os atos repressivos e controle social. Em janeiro de 1985, Tancredo Neves (1910-1985) venceu Paulo Maluf (1931-) nas eleições feitas pelos colegiados e delegações. Tancredo morreu antes de assumir o cargo de presidente e José Sarney (1930-) assume à presidência da República. Período que seria denominado de Nova República será um momento marcado pelo “fim” das forças militares no poder político econômico no Brasil.

Após o período da ditadura militar no Brasil, mais especificamente, a partir do ano de 1985, e com a Constituição de 1988, surge a Secretária de Segurança Pública com propostas de realizar reformas significativas nos postos policiais. As mudanças feitas após a Constituição tinham um viés político que idealizava a segurança e a prevenção de riscos para a população brasileira. Porém na atualidade vemos que a Polícia Militar brasileira ainda está marcada e caracterizada como repressora, violenta, torturadora, agindo com perseguições vingativas e assassinatos. (COIMBRA, 2002). Segundo (Minayo e Adorno 2013), a população que mais sofre com os atos policiais é a população negra e pobre, moradores de periferia, favelas ou áreas pobres. A polícia do Brasil, segundo pesquisas realizada pela Anistia Internacional e divulgado no anuário de violência do ano de 2015, é uma das mais violentas que existe no mundo.

A indústria cultural e seus mecanismos de controle Psicossocial

Segundo Horkheimer e Adorno (1985), da mesma forma que os detentores do capital submete a classe trabalhadora aos seus ideais por meio da alienação do trabalho, os meios de comunicação “têm o propósito de adaptar os indivíduos à sustentação do sistema econômico. Ela seria a expressão do fetiche do capital, ou seja, a generalização da dominação social pelo valor de troca da mercadoria, em que ocorre um ofuscamento das fronteiras entre a esfera econômica e a cultural. As mercadorias passam a ser tidas como bens culturais, e todos os conteúdos culturais passam a ser bens de consumo” (Rodrigues e Caniato, p.230, 2012). Nesse sentido, a indústria cultural vai padronizar a forma de pensar e agir, distanciando os homens de um possível pensamento crítico, homogeneizando e assimilando-os à sociedade. Esse movimento é chamado de “falsa identidade do universal e do particular” (Horkheimer & Adorno, 1985a, p.114). Esse poder de mecanização ideológica dos homens imposta pela indústria cultural é estrategicamente construído através da mídia, com a intenção de implementar um consumo de idéias fraudulentas e forjadas, o qual as vítimas dessas “mentiras manifestas” são cotidianamente submetidos em relação ao que lhes é prometido mas nunca cumprido. (Rodrigues e Caniato, 2012). Pensando no papel da mídia para a construção da opinião pública dos brasileiros sob a égide da violência, nos mostra que, os veículos midiáticos a serviço da indústria cultural passam a ter a função de atrofiar o pensamento crítico dos indivíduos, fazendo com que ocorra uma passividade e conformismo frente às idéias impostas, sem questionar os aspectos subjetivos, particulares e sociais.

CONCLUSÕES

A criação de espaços e políticas onde possamos debater sobre temáticas de segurança pública e violação de direitos humanos é de grande importância para reparações históricas e danos psíquicos e sociais que a militarização causou e causa na sociedade. Ao fazer esse pequeno movimento histórico da constituição e organização policial, concluímos que desde a vinda da família real para o Brasil, um dos principais papéis da polícia é a vigilância, o controle e a manutenção de uma suposta ordem e norma social. Essa ordem seria caracterizada pelos momentos históricos e políticos organizados por uma elite que impõe e submete a população pobre aos seus interesses, principalmente, econômicos. A nós futuros profissionais da Psicologia cabe refletir sobre a nossa atuação profissional em relação à segurança pública, violação de direitos humanos e violência policial e via de regra assumir, eticamente, uma prática dotada de criticidade, politicamente implicada e, sobretudo, empática e emocionalmente referenciada no outro.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Estadual de Maringá e a Fundação Araucária, que por meio das políticas de Inclusão Social, concedem aos alunos cotistas bolsas do Programa de Iniciação Científica.

REFERÊNCIAS

COIMBRA, M. C., PASSOS, E. & BARROS, R. B. **Direitos humanos no Brasil e o grupo Tortura Nunca Mais/RJ**. In: Equipe Clínico-Grupal Grupo Tortura Nunca Mais/rj (org.). Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos. Rio de Janeiro. Instituto Franco Basaglia, 2002.

ROMÃO, D. M. **Jornalismo Policial: indústria cultural e violência**. 2013. 207 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2013.

RODRIGUES, S. M; CANIATO, A. M. P. Subjetividade e indústria cultural: uma leitura psicanalítica da cumplicidade dos indivíduos com a lógica da mercadoria. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 2, n. 18, p.227-246, ago. 2012.

SOUSA, R. C; MORAIS, M. **POLÍCIA E SOCIEDADE: uma análise da história da segurança pública brasileira**. In: **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís. Ago 2011.